



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



Processo nº: 6.757/13

Apenso nº: 480.000.976/10

Jurisdicionada: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial

Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT

MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Sessão: Pauta nº 36, S.O. nº 4778, de 26.5.2015

Publicação: DODF nº 99, de 25.5.2015, pág. 31

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte a servidor militar, em razão de sua passagem para a inatividade. Não houve mudança de domicílio. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL, foi determinada a citação do beneficiário do pagamento indevido (Decisão nº 281/14-CPM). Apresentação de defesa. PARECERES CONVERGENTES: improcedência da resposta oferecida, irregularidade das contas, cientificação do responsável para que recolha o valor do débito apurado nos autos e deliberação acerca da aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo de confiança ao servidor militar. VOTO de acordo com os termos do atual entendimento da Corte no sentido da uniformização pela irregularidade das contas e imputação de débito ao beneficiário do pagamento indevido. Lavratura de acórdãos. MATÉRIA PACIFICADA (bloco).

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na concessão e no pagamento de Indenização de Transporte ao 2º SGT QPPMC RRm. ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO, em razão da sua passagem para a inatividade.

2. A Comissão de Tomada de Contas Especial, verificando que o servidor militar não realizou a mudança de domicílio, imputou-lhe a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo apurado, no montante de R\$ 20.589,07 (valor original), conforme Relatório de TCE nº 315/2011-DIPES/SUTCE/STC (fls. 102/108 do processo apenso).

3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 153/2012-CONTROLADORIA (fl. 126 do processo apenso).

4. Na Sessão realizada em 30.1.2014, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 281/14 (fl. 33), **in verbis**:

DECISÃO Nº 281/14 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo nº 480.000.976/2010; II. determinar, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, a citação do servidor militar nominado no parágrafo 7º da Informação nº 186/13 (fl. 9) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente alegações de defesa, ou recolha o débito que lhe é imputado nos autos (R\$ 165.829,35, valor em 22.7.2013), em decorrência da percepção indevida da vantagem pecuniária de indenização de transporte, quando da sua passagem para a inatividade, ante a possibilidade de ter suas contas julgadas irregulares e de ser-lhe aplicada a penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/1994; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para os fins devidos.”

5. Efetuada a comunicação devida, o 2º SGT QPPMC RRm. ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO (beneficiário do pagamento indevido) apresentou as alegações de defesa de fls. 38/48.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 43/15 - SECONT/1ªDIACONT (fls. 51/61), analisa a matéria nos termos seguintes:

*“5. Alega, preliminarmente, ter havido a **prescrição** do direito de a Administração reaver o valor da indenização.*

6. No mérito, nega, de forma genérica, a utilização indevida da indenização de transporte, quando da sua passagem para a inatividade, aduzindo que apresentou, à época, todos os documentos exigidos pela Portaria PMDF 107/1996, que regulava



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



a concessão de transporte e transladação de bagagens.

7. *Afirma que os técnicos que laboraram no processo não estariam habilitados ao desempenho dessa atividade, visto que não fazem parte do próprio órgão militar, que, com base nos documentos apresentados, liberou os valores da indenização.*

8. *Consigna que a defesa apresentada perante a comissão tomadora não foi analisada pelo controle externo.*

9. *Frisa que a data divergente no contrato de locação decorreu de erro material, conforme já esclarecido na defesa apresentada à comissão tomadora.*

10. *Isenta-se de qualquer responsabilidade em relação às falhas apontadas no contrato de locação, como a ausência de reconhecimento de firma dos fiadores e a falta de testemunhas.*

11. *Sustenta que norma vigente que trata de indenização, por sinal mais benéfica, revogou a anterior, estendendo tal benefício a todos os militares **sem a necessidade de qualquer elemento comprobatório de mudança**. Segue afirmando que essa nova lei impede o alcance de militares que receberam, anteriormente, a verba indenizatória.*

12. *Argumenta, também, que cumpriu todas as exigências legais para fazer jus à indenização e, fazendo alusão ao **Resp. n.º 488.905/RS**, afirma que, se houve algum erro na exigência e recepção dos documentos apresentados, **agiu de boa-fé**, e, nesse sentido, considera descabida a restituição dos valores recebidos.*

13. *Ademais, em face da constatação feita pela Unidade Técnica no § 16, fl. 7, de que não constava dos autos “nenhuma conta de água, luz ou telefone do imóvel...”, o **defendente** solicita a este Tribunal que requeira à PMDF os documentos exigidos pela Portaria PMDF n.º 107/1996, arguindo que não teria mais condições de reavê-los, em razão do tempo decorrido - dez anos - do pagamento da indenização, consignando que se essa pretensão não for atendida haveria **cerceamento de defesa**.*

14. *Por fim, requer a admissão da defesa e o consequente arquivamento do processo.*

ANÁLISE DA DEFESA

1. Preliminar de prescrição

15. *No que diz respeito à preliminar que trata da prescrição, mormente os prazos para apuração de dano ao erário, a Constituição Federal de 1988 é transparente, ao excepcionar dos efeitos da prescrição as ações de ressarcimentos que causam prejuízos ao erário, conforme se extrai do art. 37, § 5º, CF/88:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/E.2



“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 5º – A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”.

16. A jurisprudência dos Tribunais Superiores é uníssona:

STF

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPRESCRITIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF).

2. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ de 10.10.08, fixou entendimento no sentido da imprescritibilidade da ação de ressarcimento de dano ao erário.

3. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: “AGRAVO. DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. IMPRESCRITIBILIDADE. 1. Matéria possível de ser julgada por meio de decisão monocrática, na forma do art. 557 do Código de Processo Civil, haja vista a manifesta improcedência da pretensão recursal. 2. A pretensão ressarcitória é imprescritível, nos termos do que dispõe o art. 37, §5º, da constituição federal. Precedentes dos tribunais. RECURSO DESPROVIDO.”

4. Agravo regimental desprovido.

(AI 848482 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/11/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-035 DIVULG 21-02-2013 PUBLIC 22-02-2013)

STJ



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/E.2



“PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. DANO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SÚMULA 126/STJ.

1. Incide a Súmula 126/STJ, ante a não interposição de recurso extraordinário contra acórdão fundado em matéria constitucional.

2. É imprescritível a ação civil pública que visa o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 37, § 5º, da CF e da jurisprudência desta Corte. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 25.522/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 28/03/2012)”

“CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CONTRATO. SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA SEM LICITAÇÃO. RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. As ações que visam ao ressarcimento do erário são imprescritíveis (artigo 37, parágrafo 5º, in fine, da CF). Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AI 712435 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 13/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-071 DIVULG 11-04-2012 PUBLIC 12-04-2012 RT v. 101, n. 921, 2012, p. 670-674)”

Dessa forma, não ocorre a prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e seus respectivos ressarcimentos.

2. Mérito

Argumento 1: nega, de forma genérica, a utilização indevida da indenização de transporte, quando da sua passagem para a inatividade, aduzindo que apresentou, à época, todos os documentos exigidos pela Portaria PMDF 107/1996.

17. Inicialmente, os documentos exigidos para a concessão do benefício se prestariam a dar lastro à **provável mudança** de domicílio do beneficiado. Contudo, não seriam, de per si, capazes de comprovar de plano a fixação de domicílio naquele município.

18. Assevera-se que na defesa apresentada, o militar não trouxe aos autos nenhuma prova inequívoca sobre a verdade dos fatos que elidissem a sua responsabilidade, restringindo-se a questões de direito e à tentativa de desconstruir a apuração realizada pelos órgãos de controle.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



19. Não obstante os documentos exigidos pela Portaria PMDF n.º 107/1996¹ revelarem-se insatisfatórios, em face, principalmente, da falta de liame entre eles e a fixação de domicílio na cidade de destino, o **defendente** sequer atendeu esse requisito formal, visto que não incorporou ao processo nenhuma conta de água, luz ou telefone em seu nome, bem como não comprovou a transferência do veículo junto ao órgão de trânsito do município de destino, em clara afronta à declaração subscrita pelo próprio favorecido (fl. 16-ap.).

20. Assim, resta claro a improcedência da alegação.

Argumento 2: solicita ao Tribunal requerer à PMDF os documentos exigidos pela Portaria PMDF n.º 107/1996, arguindo que não teria mais condições de reavê-los, em razão do tempo decorrido - dez anos - do pagamento da indenização, consignando que se essa pretensão não for atendida haveria cerceamento de defesa.

21. Na tentativa de justificar a ausência desses comprovantes, o **defendente** tenta transferir ao Tribunal a incumbência de averiguar junto à PMDF se tais documentos constam do processo. Ora, essa “sugestão”, além de não ter amparo legal, é totalmente descabida, pois as conclusões do controle externo foram formuladas com supedâneo nos próprios autos.

22. Outrossim, o **defendente**, certo de que apresentou conta de água, luz ou telefone em seu nome, bem como o certificado de registro e licenciamento de veículo, e pretendendo obtê-los para utilizá-los como prova, poderia ter lançado mão da prerrogativa constitucional inculpada no artigo 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, que ora transcrevemos:

“são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder; b) a obtenção de certidão em repartição pública, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.”

23. Assim, não procede o argumento.

Argumento 3: Falta de competência dos técnicos que atuaram no processo.

24. Continua o **defendente** a se equivocar ao por em xeque a competência de membro e do corpo técnico que atuaram no processo, porquanto cabe ao órgão de controle externo do Distrito Federal, e não à PMDF, apurar e julgar as contas daqueles que causarem prejuízos ao erário distrital, conforme se observa do art. 78, II, “a”, da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF,

¹ Regula a concessão de transporte, transladação de bagagens e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



simétrico com o art. 71, II, da CF/88:

“O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

II - julgar as contas:

*a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, **bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;**”.* (grifamos)

25. Portanto, essa alegação não deve prosperar.

Argumento 4: Alega o defendente que o controle externo não analisou a defesa apresentada à comissão tomadora.

26. Não há motivos para o defendente trazer a lume essa questão. As fases interna e externa por que passa uma TCE são independentes. Na fase interna há mero ato investigatório, não estando o controle externo vinculado às conclusões da comissão tomadora nem obrigado a analisar defesa apresentada naquela fase. O contraditório e a ampla defesa são prerrogativas exercidas na fase externa.

27. Como se verifica dos autos, essas prerrogativas foram devidamente concedidas por esta Corte, ao possibilitar ao ora **defendente** apresentar defesa e juntar todos os elementos e informações considerados necessários para elucidação dos fatos.

28. Dessa forma, improcede o argumento.

Argumento 5: Frisa que a data divergente no contrato de locação decorreu de erro material. Além disso, se isenta de qualquer responsabilidade em relação às falhas apontadas no contrato de locação, como: a ausência de reconhecimento de firma dos fiadores e a falta de testemunhas.

29. Como já apurado em outros casos, a simples assinatura de um contrato de locação, bem como a apresentação dos documentos exigidos pela Portaria PMDF n.º 107/1996, são concebíveis sem que o militar tenha sequer ido à localidade indicada. Nesta oportunidade, vale novamente anotar, por semelhança ao caso em questão, as constatações feitas pela Auditoria de Regularidade n.º 012/2000, realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme Processo TCDF n.º 394/2000, que subsidiou a Decisão n.º 3186/2001 — TCDF:

“ 28. (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/E.2



3. TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS - dos 57 (cinquenta e sete) militares constantes da amostra, 45 (quarenta e cinco) incluíram veículos na bagagem. Destes, 16 (dezesesseis) foram transferidos para Tabatinga/AM, 01 (um) para Rubiataba-GO - o destino indicado era Cruzeiro do Sul-AC - 27 (vinte e sete) permanecem licenciados no DF, dos quais 07 (sete) mudaram de proprietário, e 01 (um) em Luziânia-GO, sendo que este já se encontrava licenciado naquele Estado à época do requerimento do benefício, consoante informações obtidas junto ao DETRAN/DF. Ainda de acordo com o órgão de trânsito, dos 16 (dezesesseis) veículos transferidos para Tabatinga-AM 03 (três) retornaram ao DF, ou seja, foram transferidos de Tabatinga-AM para Brasília-DF (...).

30. As situações ora descritas – transferir veículo para Tabatinga/AM e em seguida trazê-lo para o DF **ou adquirir um modelo antigo de pequeno valor na véspera do requerimento do benefício -apresentam-se como indícios de fraude** não só na composição da bagagem **mas em todo o processo de pagamento da indenização de transporte.** (...) (destacou-se).

56. (...) da Portaria 23/95 CBMDF, de 30 de junho de 1995, que regulamentou a concessão do multi-citado benefício, para provar a mudança de domicílio basta o interessado apresentar contrato de aluguel de imóvel na localidade do novo domicílio e abertura de conta corrente no Banco do Brasil desse mesmo lugar.

57. Ora, qualquer desses dois documentos não são hábeis para prova de mudança de domicílio, sequer para provar que o contratante ou o correntista realizaram pessoalmente tais atos, ou seja, é possível apresentar ambos documentos sem que o beneficiado tenha ao menos saído de Brasília. A abertura de uma conta corrente pode ser feita regularmente por meio de procuração com poderes gerais, pois é ato que comporta sua execução por meio de mandatário. E hoje é possível resgatar os recursos depositados nos estabelecimentos bancários em qualquer parte do país sem necessidade de visitas à agência detentora da conta corrente. **Já o contrato de locação de imóvel é documento particular que pode ser forjado sem nenhuma dificuldade.** Ademais, quanto aos contratos de locação constantes dos processos de pagamento da indenização de transporte, há a circunstância desabonadora da autenticidade dos mesmos porquanto grande número deles tiveram por locador a mesma pessoa Sr. Romival Nunes de Oliveira (...)” (Grifamos)

30. Portanto, sem fundamento a alegação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



Argumento 6: *Sustenta, sem citar a lei que, atualmente, a indenização de transporte é concedida a todos os militares do DF sem a necessidade de qualquer elemento comprobatório de mudança. Afirma, ainda, que essa nova lei impede o alcance de militares que receberam, anteriormente, a verba indenizatória.*

31. *Causa espécie essa afirmação, haja vista a Lei n.º 7.609/1987², que dispunha sobre indenização de transporte na passagem à inatividade de militares do DF, ter sido revogada pela Lei 10.486/2002, que não contempla mais essa hipótese.*

32. *Desse modo, improcede a alegação.*

Argumento 7: *Aduz o defendente que **agiu de boa-fé**, fazendo alusão ao **Resp. n.º 488.905/RS**, e, nesse sentido, considera descabida a restituição dos valores recebidos.*

33. *A boa-fé objetiva é um dos princípios fundamentais do direito privado, cuja finalidade é estabelecer um padrão ético de conduta para as partes nas relações obrigacionais. Contudo, a boa-fé objetiva não se esgota nesse ramo do direito, irradiando seus efeitos por todo o ordenamento jurídico.*

34. *O princípio da boa-fé objetiva coaduna com a lealdade e a lisura da atuação dos envolvidos, devendo estar presente tanto do lado da administração quanto do lado dos administrados.*

35. *Não se pode conceber a existência de expectativas legítimas em relação ao administrado que não atua de boa-fé, hipótese contrária ao direito. O administrado não pode prestar informações falsas, com o intuito de beneficiar a si próprio ou a terceiros com o propósito de obter fim diverso do previsto.*

36. *Neste caso, o Tribunal entendeu que o militar não agiu de boa-fé, ao simular sua transferência de domicílio para recebimento da indenização, ou seja, concorreu diretamente para a ocorrência da irregularidade. Na presente questão, o favorecido não fazia jus ao benefício, portanto, deve devolver o valor percebido irregularmente.*

37. *Cumprе ressaltar que o precedente judicial citado pelo defendente não se aplica ao caso em comento, porquanto o **Resp. n.º 488.905/RS** se fundamenta justamente no princípio da boa-fé, o que não foi o caso.*

38. *Portanto, ao assinar e apresentar documentos impertinentes, revestidos de aparente legalidade, para se habilitar ao recebimento da indenização e atender as exigências de comprovação de domicílio, restou configurado que o favorecido não agiu de boa-fé, pois intentou ato defeso nos dispositivos*

² Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970, que dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



legais que normatizam a concessão desse benefício.

39. Destarte, esse argumento não merece prosperar”

7. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento da defesa apresentada pelo militar Antonio Batista Ribeiro (fls. 38/43 e anexos de fls. 44/48) para, no mérito, considerá-la improcedente;

II. julgue irregulares as contas do militar Antonio Batista Ribeiro, com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, da LC nº 1/1994, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida Lei Complementar, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor de R\$ 197.982,09, atualizado em 10.2.2015, fl. 50, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade;

III. delibere quanto ao militar indicado no item acima, sobre a aplicação da pena da inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, como disposto no art. 60 da LC nº 1/1994;

IV. autorize:

a) a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994, caso não atendida a notificação;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

8. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 237/15 (fls. 62/63), da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, opina pelo acolhimento das proposições da Unidade Instrutiva.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/E.2



VOTO

9. A questão tratada nestes autos refere-se ao pagamento de Indenização de Transporte a servidores militares por ocasião de sua passagem para a inatividade (reserva). Tais pagamentos revelaram-se irregulares na medida em que os beneficiados não transferiram os respectivos domicílios. Assim, várias Tomadas de Contas Especiais foram instauradas, tanto no Corpo de Bombeiros Militar do DF quanto na Polícia Militar do DF, a exemplo da que aqui se cuida.

10. No Tribunal o assunto vem sendo discutido há muito tempo, gerando diversas deliberações. Entretanto, conforme se verifica das últimas assentadas, o entendimento foi **uniformizado** no sentido de se isentar de penalidades os dirigentes das Corporações (Comandante Geral e Diretor de Inativos e Pensionistas – DIP), julgar irregulares as contas do beneficiário do pagamento indevido, condenando-se ao ressarcimento dos valores recebidos **apenas** o beneficiário. Se a conduta foi comprovadamente dolosa, a restituição será acrescida de juros de mora (art. 1º, inciso II, alínea “a” da ER nº 13/03), recebendo ainda, a pena acessória de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital pelo prazo de 5 (cinco) anos. Com efeito, nesse sentido foram proferidas as seguintes Decisões de nºs 5.663/13-CAM, 5.668/13-CAM, 5.752/13-CPT, 5.781/13-CMA e 5.782/13-CMA.

11. Registre-se, por oportuno, que o valor original recebido pelo servidor militar ao ser transferido para a reserva remunerada perfaz o montante de R\$ 20.589,06². Com a conclusão das apurações, houve a atualização monetária (R\$ 41.604,27) e a incidência de juros de mora desde as datas de pagamento das parcelas (R\$ 135.788,76), totalizando R\$ 197.982,09 até 10.2.2015 (doc. à fl. 50).

Assim, em consonância com o entendimento desta Corte, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da defesa apresentada pelo 2º SGT QPPMC RRm. ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO, beneficiário do pagamento indevido (fls. 38/43 e anexo de fls. 44/48) para, no mérito, considerá-la improcedente;

II. julgue, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº 01/94, irregulares estas contas especiais;

² Foram pagas as parcelas de R\$ 6.863,02 em 5.11.1996 e de R\$ 13.726,04 em 5.12.1996



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



III. notifique o 2º SGT QPPMC RRm. ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO (beneficiário do pagamento indevido) a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 197.982,09 (valor em 10.2.2015), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03;

IV. autorize, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 01/94;

V. aplique ao 2º SGT QPPMC RRm. ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO (beneficiário do pagamento indevido) a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração pública do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos;

VI. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

VII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências cabíveis.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.2/E.2



ACÓRDÃO Nº ____/2015

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito ao responsável.

Processo TCDF nº: 6.757/13

Apenso nº: 480.000.976/10

Nome/Função: 2º SGT QPPMC RRm. ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO (beneficiário do pagamento indevido).

Órgão: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas - SECONT

Representante do MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador: percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio.

Débito imputado aos responsáveis: R\$ 197.982,09 (valor em 10.2.2015), acrescidos de juros e atualização monetária até a data da efetiva liquidação do débito.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 20, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar irregulares as contas em apreço e condenar o responsável a recolher ao Erário o valor que lhe é imputado, acrescido de juros e atualização monetária, conforme consta das disposições da Emenda Regimental nº 13/03 c/c os da Lei Complementar nº 435/01 até o dia do efetivo ressarcimento do dano, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos artigos 24, inciso III, 26, 27 e 29, do mesmo diploma legal e, desde logo, a remessa ao Ministério Público de Contas da documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 99, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

ATA da Sessão Ordinária nº _____ de 2015

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVESRAINHA
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO - RELATOR

Fui presente:

Representante do MP



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.2/E.2



ACÓRDÃO Nº ____/2015

Ementa: Tomada de Contas Especial. Constatação de irregularidades. Audiência do responsável. Improcedência das justificativas apresentadas. Contas julgadas irregulares. Aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Processo TCDF nº: 6.757/13

Apenso nº: 480.000.976/10

Nome/Função: 2º SGT QPPMC RRm. ANTÔNIO BATISTA RIBEIRO (beneficiário do pagamento indevido).

Órgão: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Unidade Técnica: Secretaria de Contas - SECONT

Representante do MP: Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador: percepção de indenização de transporte, sem comprovação da transferência de domicílio.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto do Relator, com fundamento no artigo 60 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, em aplicar ao nominado responsável a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos.

ATA da Sessão Ordinária nº _____ de 2015

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO-RELATOR

Fui presente:

Representante do MP